DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0925/17	DATA: 11/07/2017	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 15h57min	TÉRMINO: 17h02min	PÁGINAS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GILSON DE SOUZA - Deputado Estadual do Paraná; graduado em Teologia e Gestão Pública; Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

SUMÁRIO

Debate sobre o Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, a respeito da inclusão, entre os princípios do ensino, do respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, com precedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lincoln Portela) - Senhoras e senhores, nos termos regimentais, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 3.994, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seus apensados.

Expediente.

Informo que a Comissão recebeu resposta ao Requerimento de Informação nº 2.925, de 2017, encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, sobre o episódio envolvendo relatores da ONU que divulgaram matéria contra os trabalhos desta Comissão. A resposta está publicada na página da Comissão.

Informo que estamos utilizando a ferramenta do e-Democracia da Câmara para realizar esta audiência de forma interativa, o que permite aos presentes e todos os telespectadores, desde este momento, enviarem perguntas à Comissão, que serão respondidas ao longo dos debates.

Dando início à audiência pública, convido a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Gilson de Souza, Deputado Estadual do Paraná, formado em Teologia e Gestão Pública, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: o convidado disporá de até 20 minutos para a sua exposição. Durante a sua fala, não poderá ser aparteado e deverá limitar-se ao tema em debate. Finda a apresentação, concederei a palavra primeiramente ao Relator, Deputado Flavinho, e, em seguida, aos Deputados inscritos para o debate. Ao interpelar os convidados, os Parlamentares só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os convidados o mesmo tempo para a resposta. Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros que estiverem inscritos.

Passo, portanto, a palavra, ao Sr. Gilson de Souza, por até 20 minutos.

O SR. GILSON DE SOUZA - Eu gostaria de cumprimentar todos neste momento: o Deputado Lincoln Portela, que está presidindo esta audiência; o Deputado Flavinho; o Deputado Jefferson Campos, meu amigo, do Estado de São

Paulo, pastor, um grande militante também nessa área em defesa da família, em defesa de uma educação de qualidade. É um prazer estar aqui. Expresso a minha gratidão pela acolhida tão especial nesta tarde. Cumprimento todos os presentes que estão nos assistindo neste momento e aqueles que nos acompanham também através da Internet.

Parabenizo o Deputado Marcos Rogério, Presidente da Comissão Especial Escola sem Partido, a qual recebeu diversos anexos, entre eles, o Projeto de Lei nº 867, de 2015, do Deputado Izalci, que tem por objetivo incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação o programa Escola sem Partido.

Eu gostaria de colocar para os senhores, conforme foi solicitado, como está esse projeto no Estado do Paraná.

Quero também cumprimentar o Sr. Miguel Nagib, que é um grande lutador e o idealizador desse movimento Escola sem Partido. E nós temos caminhado já há algum tempo falando e debatendo sobre esse projeto.

Quero dizer que, em 2015, juntamente com 12 Parlamentares do Estado do Paraná, nós apresentamos esse projeto sob o nº 748, de 2015, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Infelizmente, na primeira tentativa de tramitação, o projeto não chegou ao conhecimento da população. E nós estávamos, no Paraná, num momento bastante complicado — está aqui o Carlão, jornalista do Estado, acompanhando também esta audiência —, porque o Govenador apresentou um projeto que os servidores entenderam que iria tirar muitos benefícios, muitos direitos adquiridos, principalmente dos professores.

Em razão disso, o Brasil presenciou, no Estado do Paraná, uma grande batalha. A praça no Centro Cívico se tornou um palco de batalha devido à manifestação dos servidores contrários ao projeto apresentado pelo Governador do Estado.

Houve, então, um marco muito triste com a manifestação dos professores e agressões por parte também da polícia, tentando garantir a segurança dos Deputados, para que pudessem votar os projetos do Governador do Estado, o Beto Richa.

Ali, então, nós vimos uma mobilização muito forte, principalmente da APP Sindicato, Associação dos Professores do Paraná, que estava ali numa mobilização muito forte. O Brasil acompanhou isso através da televisão, dos jornais.

Logo depois desse projeto do Governador de Estado que foi aprovado, nós apresentamos o Programa Escola sem Partido, que a APP Sindicato rotulou como a Lei da Mordaça do Estado do Paraná.

Como estavam numa mobilização muito grande, espalharam isso de forma muito intensa no Estado do Paraná, dizendo que nós queríamos coibir qualquer tipo de debate em sala de aula e também tentando colocar esse projeto como algo específico de Deputados evangélicos, o que, de fato, não era, pois nós tínhamos como signatários desse projeto Deputados de vários partidos — PSC, PMDB, Democratas, enfim, foram 13 Deputados ao todo.

Esse projeto acabou sendo descaracterizado e rotulado de forma muito negativa no Estado do Paraná. Nós, então, vimos que a sociedade ainda não tinha conhecimento disso e que poderia o projeto, que já estava na Comissão de Constituição e Justiça no Estado do Paraná — o Relator do projeto, cujo nome não vou citar, sentiu-se intimidado por tudo isso e abriu mão da relatoria —, não ser aprovado.

O próprio Governador do Estado tinha interesse em que esse projeto fosse aprovado. Nós tínhamos 13 Deputados, e tínhamos no início uma maioria, mas acabaram colocando esse projeto junto, na mesma condição, dos projetos apresentados pelo Governador do Estado.

Então nós achamos por bem, estrategicamente, retirar o projeto e reapresentá-lo no momento mais adequado.

Durante esse tempo, esse período, eu comecei a viajar pelo Estado do Paraná e fazer palestras, falando a respeito do que é o Projeto Escola sem Partido.

Começamos a visitar vários segmentos, reunir professores e falar sobre o projeto, procurando informá-los sobre, de fato, o que era. Nesse tempo, fomos apoiados também pelo Movimento Escola sem Partido, informando o que, de fato, acontece no Brasil inteiro: muitos professores se aproveitam do direito de cátedra, da sua condição de ter nos alunos uma plateia cativa — logicamente não são todos os professores, é bom deixar isso claro, mas aqueles que realmente querem se

utilizar da sua posição — para doutrinar os seus alunos politicamente e passar para os alunos o que nós estamos vendo hoje, o que chamam de ideologia de gênero, colocando isso para os alunos, indo contra aquilo que muitos pais ensinam em suas casas.

O Projeto Escola sem Partido justamente garante esse direito aos pais, de ensinar aos seus filhos aquilo que é da sua própria convicção, ensinar aos seus alunos aquilo que eles entendem como moral, que é o melhor para os eles.

Agora, de repente, o aluno, que passa a maior parte do seu tempo na escola, acaba recebendo orientações que contrariam aquilo que é de convicção dos pais.

Então nós apresentamos alguns vídeos que mostram aquilo está acontecendo nas escolas. Até mesmo materiais paradidáticos, que entendemos que são nocivos à criança, estão sendo apresentados e estão criando confusão na cabeça da criança, do adolescente, que ainda está formando a sua identidade e que nem sempre tem a pessoa do pai e da mãe para ajudá-lo nessa descoberta, na formação da sua identidade. Nem sempre tem a presença do pai fortalecendo a sexualidade do filho e da filha, e, muitas vezes, ele é colocado nas mãos de um professor que simplesmente se utiliza disso para fazer com que as suas ideias sejam tidas como verdades absolutas.

E o aluno vê o professor como um grande herói, como aquele que fala a verdade. E tem aquilo que é uma ideia do professor como verdade.

Nós estamos trabalhando, no Estado do Paraná, falando do que é este projeto, porque muito foi falado daquilo que ele não é. E nós queremos que as famílias paranaenses possam ter realmente informações a respeito do que é esse projeto.

Nós trouxemos aqui dois vídeos sobre algumas situações em sala de aula. Eu gostaria de mostrar para os senhores um vídeo mostrando um trabalho realizado em sala de aula, na cidade de Araucária, um Município do Paraná, que nós entendemos que trata de doutrinação política.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GILSON DE SOUZA - Eles estão fazendo referência ao ato que aconteceu, no dia 29, lá no Estado do Paraná, em que houve toda aquela confusão,

virou um palco de batalha. E nas escolas os professores se aproveitaram muito disso, utilizando seus alunos.

Temos outros vídeos mostrando crianças do ensino fundamental sendo utilizadas, sendo colocadas na praça, no Centro Cívico, no Estado do Paraná.

Nós entendemos que isso feriu o direito das crianças, estabelecido pelo próprio ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente. Sem a permissão dos pais, essas crianças foram expostas e correram o risco até mesmo de sofrer danos físicos, como aconteceu com muitos adultos. Graças a Deus, não tivemos informações de crianças feridas.

Nas escolas, isso foi muito trabalhado. Inclusive, como eu disse, o projeto Escola sem Partido acabou sendo colocado na mesma situação, como se fosse um projeto do Governo do Estado, para retirar direitos dos professores. Mas na verdade não é nada disso. A intenção deles é realmente desconstruir um projeto tão importante.

Temos também outro vídeo de uma escola em Curitiba, que mostra uma paródia a respeito do marxismo, mostrando claramente ideologia política.

Esta cena se passa em outra escola, em Curitiba, capital do Paraná.

(Exibição de vídeo.)

O SR. GILSON DE SOUZA - Nós entendemos que, ao tratar de questões políticas, algo que o próprio projeto prevê, devemos tratá-las de forma aberta, não mostrando apenas uma ideologia. Está muito claro que há um trabalho muito forte da ideologia de Esquerda; utilizam-se os alunos para isso.

Nós sabemos da situação em que a educação do nosso País se encontra e da qualidade do nosso ensino. Os professores, muitas vezes, deixam de lado aquilo que deveriam ensinar, coisas importantes para a vida profissional dos alunos, para o futuro deles. Eles utilizam os alunos para outras finalidades. Querem fazer com que suas ideias prevaleçam e sejam tidas como verdades.

Diante desse quadro, nós procuramos esclarecer as famílias a respeito disso.

Eu gostaria que fosse mostrada a imagem de uma situação ocorrida na cidade de Cascavel, no Paraná. Eu fui chamado para acompanhar uma situação em uma escola do nível fundamental, um livro didático da turma do 2º ano. Lá estava o Vereador Celso Dal Molin, que denunciou que o livro trabalhava a questão de

ideologia de gênero e, muito fortemente, trabalhava que não existe uma família modelo, mas que existem vários modelos de família, na contramão daquilo que, muitas vezes, os pais ensinam nas suas casas, criando uma confusão na cabeça das crianças.

Nessa ação que fizemos, conversamos também com o Prefeito, que não tinha conhecimento dos fatos. Mas, graças a Deus, esse material foi retirado pelo Prefeito da cidade, o Leonaldo Paranhos.

No Paraná, houve outras situações. Nós vemos, por exemplo, alunos que, por causa da sua fé, estão sendo constrangidos — não temos aqui material para mostrar. Na cidade de Maringá, de acordo com a sua fé, três alunas não usam calça comprida e usam saias. O Diretor entendeu isso. Há 3 anos, essas meninas estudam nessa escola e usam saia. De repente, uma Vice-Diretora assumiu a Diretoria e simplesmente disse: *"Eu não reconheço isso. Não pertenço à mesma Igreja. Aqui nesta escola vai funcionar desse jeito. Quem não usar calça comprida, quem não usar o uniforme, está fora".*

Essas meninas sofreram grande constrangimento. O professor, a autoridade na sala de aula, e a Diretora estabeleceram isso e constrangeram as meninas, que tiveram grandes prejuízos, sofrendo *bullying* na sala de aula.

O que nós queremos é acabar com os exageros, com os abusos. Queremos que os alunos sejam respeitados, que a sala de aula seja um ambiente tranquilo. Não queremos que seja defendida religião A, B ou C, mas que a escola seja um ambiente livre. Não queremos que a escola seja do partido A, B ou C, de Direita, de Esquerda, de Centro. Escola não é ambiente para isso.

Pode-se falar de política? Pode-se falar, mas de forma aberta, democrática, e não da forma como nós estamos vendo em todo o Brasil, conforme o Sr. Miguel Nagib, que conhece isso bem, tem colocado e os vídeos que temos visto, que mostram os abusos, os exageros.

Queremos que a escola realmente cumpra o seu propósito e que o pai se sinta seguro, sabendo que aquilo que ele ensina a seu filho com muito cuidado, aquilo que ele entende como precioso, como valoroso, não será desrespeitado na sala de aula e que o professor não ensinará de forma diferente.

Eu quero agradecer este espaço para manifestar o meu apoio ao professor responsável, que respeita os seus alunos; ao diretor que, na sua escola, quer que os alunos tenham um ambiente seguro, respeitoso; que quer que haja um ensino de qualidade que faça das crianças, dos adolescentes, enfim, dos alunos pessoas que poderão ter um futuro brilhante, que poderão ser profissionais excelentes; que quer que a escola seja um ambiente também motivador para os alunos de qualquer crença, de qualquer sexo, de qualquer classe social.

Que todos possam ser respeitados e possam amar a sua escola, amar o seu professor. Que possamos realmente ter uma educação de qualidade no nosso Brasil.

Eu agradeço, então, por esta oportunidade. Agradeço ao Presidente e agradeço a todos por nos ouvirem durante este tempo que nos foi disponibilizado.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lincoln Portela) - Muito obrigado ao expositor, o nobre Deputado Gilson de Souza.

Com a palavra agora o Relator, Deputado Flavinho. Posteriormente, falarão os inscritos.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde ao nosso nobre convidado, o Deputado Gilson de Souza. Boa tarde a todos aqueles que estão acompanhando esta Comissão, sempre com uma audiência muito grande, o que é muito bom, porque nós vemos de fato a importância do tema. Aqueles que dão importância ao tema estão acompanhando-o muito de perto, porque a preocupação é muito grande. O tema realmente merece esse acompanhamento de todos nós.

Quero agradecer de forma muito especial a um jovem de 16 anos de Pernambuco, que está aqui, “antenado” com as questões políticas. Tivemos uma conversa muito boa.

Meu jovem, que bom seria se todos os jovens, adolescentes, tivessem esse interesse que você tem pela política, por querer entender o processo! Assim mudaríamos o País de forma mais rápida. Seja muito bem-vindo! Alegra-nos muito nesta Câmara dos Deputados, em momentos de tantas tribulações e de tanta

descrença, nós termos aqui um exemplo como o seu, de um jovem que tem interesse pela política e quer mudar o seu País. Seja muito bem-vindo!

Quero saudar também os que estão nos acompanhando pelos meios de comunicação da Casa e, de forma especial, os que estão nos acompanhando através da minha página no Facebook. Boa tarde e obrigado a todos que estão sempre “antenados”.

Antes de mais nada, quero fazer uma pergunta para o nosso convidado, a partir daquilo que ele nos trouxe, e pedir que ele nos ajude a entender um pouco esse processo também lá no âmbito do Estado. Claro, ele já nos trouxe muitos elementos aqui, mais esta é uma pergunta bem direta. Sabemos como a dinâmica está acontecendo aqui na Casa, mas é importante para mim, como Relator, também saber como essa dinâmica está acontecendo no Estado.

V.Exa. trouxe aqui essa questão do rótulo colocado especialmente no Projeto Escola Sem Partido — lembro sempre que esta Comissão trata de seis projetos. São seis os projetos apensados, e um deles é o projeto intitulado Escola Sem Partido. Aqui na Casa, por várias vezes, Deputados de alguns poucos partidos, agora não muito, mas no início das discussões, tomavam a tribuna da Casa para fazer ali o seu posicionamento, o que é democrático, e todos têm o direito de fazê-lo, e usavam esse rótulo de Lei da Mordaça. Então gostaria de saber, a partir da experiência que V.Exa. tem no Estado do Paraná, por que o rótulo de Lei da Mordaça.

Segundo, quais são os partidos que se manifestaram dessa forma, usando esse rótulo de Lei da Mordaça com relação ao Projeto Escola Sem Partido e, na verdade — hoje eu amplio —, à Comissão, porque a Comissão trata desses projetos. E a Comissão, então, através deste Relator, vai emitir um parecer no final de todas essas discussões. Mas, de modo específico, ali na questão do Paraná, como V.Exa. nos trouxe, qual a sua visão do uso do rótulo Lei da Mordaça e quais os partidos que se manifestaram dessa forma na Assembleia Legislativa do Paraná?

Muito obrigado.

O SR. GILSON DE SOUZA - Deputado Flavinho, gostaria, de forma muito objetiva, de responder à sua pergunta.

A expressão “Lei da Mordaça”, a princípio, eu achava que era algo só usado no Estado do Paraná. Depois chegou ao meu conhecimento que outros Estados estavam utilizando também este rótulo “Lei da Mordaça”.

A questão é a seguinte: nós vivemos num país onde muitas pessoas não se aprofundam em determinados temas. E nós percebemos que, no Paraná, principalmente a militância do PT... Quando se fala em qual partido rotulou isso, foi o PT. Nós temos, lá no Estado do Paraná, o PT, que hoje é um partido que tem três Deputados Estaduais, mas que realmente levantou isso. Ele se opôs ao Projeto Escola Sem Partido e começou a lançar isso.

Para ter uma ideia, a APP-Sindicato é um sindicato que trabalha com os professores. Nós tivemos, por exemplo, uma ocupação, numa cidade no Estado do Paraná, do Movimento Sem Terra. E, lá nessa ocupação, a própria militância da APP-Sindicato, que trabalha para os professores, estava lá falando sobre falando sobre isso, sobre o Projeto Escola sem Partido e fazendo uma militância que não tem nada a ver com professores. Então eles querem passar para os professores a ideia de que o professor será calado na sala de aula, que não terá liberdade de cátedra. E, na verdade, não é isso.

Então, a ideia é causar medo no professor, medo de qualquer tipo de punição, de que não se tenha mais liberdade de cátedra. E, repito, na verdade, não é nada disso. Foi uma expressão que eles utilizaram, com a qual até tiveram sucesso, porque muita gente acreditou nisso.

Eu, pessoalmente, só para concluir, fui um dos que defenderam e apoiaram os professores com relação a suas reivindicações no Paraná. Mas, quando apresentei o projeto Escola sem Partido, eles fizeram um material com a minha imagem e distribuíram nas escolas, dizendo que eu era inimigo da educação e que era o autor da Lei da Mordaça — fazendo da verdade uma mentira.

É isso que acontece. Isto é uma arma muito importante que eles utilizam: transformam a verdade em mentira e mentem muitas vezes, para que o que dizem pareça verdade. É uma estratégia muito terrível. Mas eles têm conseguido sucesso, lamentavelmente, em muitas situações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Boa tarde a todos e a todas.

A Casa é de muito corre-corre. Então, ficamos com dificuldade para atender todas as demandas. Eu acabei de chegar a esta Comissão, que muito estimo, e já estou tendo o privilégio de ouvir o Deputado Gilson, o que é um presente. Para nós, é uma honra tê-lo aqui.

Embora eu acredite que este registro já tenha sido feito, queria enfatizar que esta Comissão defende o princípio do contraditório. Nós não fazemos retaliação e não temos nenhuma dificuldade para receber aqueles que são contrários ao funcionamento do Escola sem Partido. Muitos foram aqui convidados. A princípio, alguns vieram. Depois, eles resolveram retaliar ou não vir, porque, na ideologia deles, ao atenderem o convite, estariam valorizando a Comissão.

Mas eles também esquecem que a sua ausência tem um valor maior, porque vemos o crescimento desta Comissão. A realidade é que o Brasil está reconhecendo esse processo. E V.Exa., Deputado, está dando prova da vitimização que vem sofrendo por defender princípios e valores.

Mas, dando sequência, concedo a palavra ao nosso ilustre Relator, que brilhantemente tem atuado nesta Comissão. Acredito que, logo, logo, teremos um relatório que vai surpreender muita gente neste Brasil.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Agradeço a V.Exa., nobre Presidente. Seja bem-vindo! Sentimos a falta de V.Exa. aqui no nosso meio.

Deputado Gilson, a partir desses vídeos que foram mostrados e desses fatos que não estão registrados em vídeo, mas que V.Exa. disse que existem e que já são do conhecimento de autoridades, como já são do conhecimento de V.Exa., eu gostaria de saber se existe no Paraná alguma lei que balize esse tipo de ação, ou seja, se existe uma lei que possa ser usada pelos pais ou pelos alunos contra esse tipo de ação.

Pergunto, portanto, se no Estado do Paraná há alguma lei que respalde pais e alunos com relação a essas ações mostradas aqui por V.Exa. no telão da nossa Comissão.

O SR. GILSON DE SOUZA - Na verdade, nós não temos uma lei específica do Estado Paraná, mas nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante o direito da criança de aprender, que garante o direito da criança de não sofrer nenhum tipo de abuso e de discriminação.

A própria lei federal garante esse direito aos pais e aos filhos. O que acontece justamente é que o Projeto Escola sem Partido tem como objetivo afixar em salas de aula os deveres do professor, deveres estes que já são amparados pela própria Constituição Federal.

Agora, por que tanto medo? Esta é a questão. Por que tanto medo de que os alunos e os pais saibam dos seus direitos?

Nós vemos, por exemplo, na defesa do consumidor, que os direitos do consumidor são amplamente divulgados. Agora, numa sala de aula, o aluno não pode saber dos seus direitos? Um pai não pode saber dos seus direitos?

Então, leis que protegem já existem. O que nós queremos, através do Projeto Escola sem Partido, é que os pais e os alunos saibam de seus direitos. Por exemplo, no ensino fundamental, queremos que sejam afixados cartazes na sala dos professores, e que, no ensino médio em diante, esses cartazes sejam colocados também nas salas de aula.

Então, por que tanto medo? O medo é de que os pais e os alunos saibam dos seus direitos? Então, existem leis, sim, que já protegem os pais e os alunos.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Eu fiz essa pergunta a V.Exa. exatamente como legislador para saber de V.Exa. se tem pertinência um projeto como esse que englobe todas essas leis e coloque em evidência para pais, alunos e professores a relevância dessas leis, que já existem mas que precisam ser conhecidas.

Então, como legislador, V.Exa. vê pertinência em que o projeto realmente avance, evidenciando, de forma mais explícita, as leis que já existem ali, para que professores, alunos e pais saibam de seus direitos. V.Exa. considera isso pertinente no âmbito da legislação.

Hoje, na Comissão de Seguridade Social e Família, um pouco antes de iniciarmos esta reunião, pediram para que eu fizesse a leitura, porque o Relator não estava presente, de um relatório que não era de minha autoria e que tem um pouco a ver com essa situação. O projeto e a relatoria iam no sentido de aprovação, com parecer pela aprovação. Era algo muito parecido, só que na questão da saúde. A proposta do autor, com a aprovação do Relator, era de afixar nos hospitais os direitos do enfermo dentro do hospital de ser atendido.

Vimos há pouco, há 2 meses mais ou menos, uma médica que negou atendimento a uma criança, se não me engano, no Rio de Janeiro, e essa criança veio a falecer.

Então, esse projeto vinha na mesma linha de afixar ali apenas os direitos que pacientes e médicos têm dentro do hospital. O próprio relatório dizia isso. Eu achei interessante porque foi agora há pouco. Não era um projeto meu, mas me pediram para que eu fizesse a leitura.

Então, vejo que as experiências de V.Exa. têm bastante pertinência. Todos esses elementos, que estou colhendo como Relator deste projeto, acrescentaram muito ao nosso trabalho. Agradeço. Sinto-me contemplado com as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Senhoras e senhores, dando sequência aos trabalhos, concedo a palavra, honrosamente, a quem estava presidindo esta Comissão, o ilustre Deputado Lincoln Portela, que agora está numa posição especial e terá a oportunidade de falar. Com certeza, S.Exa. trará mais um pronunciamento que valorizará o trabalho desta Comissão e, é claro, a proteção das nossas crianças em todo o nosso País.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Minha saudação ao Sr. Presidente desta Comissão, o nobre Deputado Pastor Eurico; ao nobre expositor Deputado Gilson de Souza; ao Deputado Flavinho; ao Deputado João Campos, que está chegando agora; às Sras. e aos Srs. Parlamentares que aqui se encontram; aos Procuradores.

O primeiro cuidado que devemos ter nesta Comissão é o de não termos pressa em entregar o relatório. Alguém pode dizer: *"Ah, mas temos que entregar para colocá-lo em plenário".* Discordo e explico o porquê: quanto mais tempo esta Comissão funcionar, mais tempo o Brasil terá para tomar consciência das aberrações cometidas por bucéfalos, energúmenos e ignóbeis que tomam conta — nem todos o são — da educação no Brasil.

A partir do momento que eles têm o direito de falar o que eles querem a nosso respeito, eu também tenho o direito de falar o que penso sobre algumas ações de vários deles. Eu não posso generalizar, quero deixar bem claro, mas parte deles é constituída dessa maneira que eu disse. Assim, adjetivando-os fico tranquilo.

Eu tive uma experiência marcante essa semana, numa determinada cidade do interior de Minas Gerais. Aqui fica um alerta: as pessoas, os pais, os alunos, os grupos, sejam religiosos ou não, devem ficar atentos quando houver uma exposição ou uma audiência pública sobre o Programa Escola sem Partido em sua cidade. Por quê? Porque os marxistas sabem se mobilizar muito bem, como aconteceu na última cidade do interior de Minas Gerais a que fui, onde tentaram fazer um massacre em cima do Escola sem Partido e daqueles que estavam ali, inclusive tocando na moral deles.

Quem promoveu essa audiência pública foi um Vereador bom, decente, sério, mas inexperiente. Ele permitiu — é evidente que ele permitiu, porque não poderia impedir, o que não seria democrático —, a mobilização de pessoas, e de pessoas não apenas da cidade onde aconteceu essa ação, mas também de cidades vizinhas, inclusive de uma cidade polo do interior de Minas Gerais. E tudo aconteceu democraticamente. Mas ele não permitiu que uma mobilização acontecesse por parte de pessoas da cidade: de pais vitimados, de crianças vitimadas, de pessoas ligadas à fé. Então, foi um massacre de mais ou menos 150 contra cinco. Foi algo horroroso.

Os senhores já conhecem meu posicionamento e sabem que eu sou um democrata, mas não tenho medo de briga. Na hora de virarem as costas para mim, eu também viro as costas; na hora de gritarem, eu também grito. Podem dizer: *"Mas o grito é uma apelação"*. Depende da circunstância, do local e com quem se conversa. Isso foi muito ruim.

Então, deixo aqui um alerta nesta Comissão, para aqueles que forem fazer o Escola sem Partido: mobilizem-se. Vale a máxima primária de administração: conscientização, organização e mobilização. Se estão conscientizados de que é necessário, organizem-se bem e depois se mobilizem. Foi o que não aconteceu nessa cidade aonde fui. Ainda bem que eu fui bem protegido.

Quando eu cheguei, cumprimentei todos, como eu sempre faço. O meu relacionamento com as pessoas que pensam de maneira contrária a mim nesta Casa é o melhor possível. Apesar da ignorância da militância, de eles não terem o mesmo comportamento que os seus Parlamentares têm para comigo aqui, eu os cumprimentei, procurei me relacionar com eles. Mas, a partir do momento em que

partiram para uma ação incisiva, evidentemente, a resposta foi um tanto quanto incisiva.

É bem certo, é bem fato que a palavra branda desvia o furor. Mas são também bem certas as seguintes palavras: *"Persegui os inimigos e os alcancei, os consumi, os reduzi a pó"*. Então, é preciso também ficarmos atentos a essas coisas.

Primeiro, é preciso não termos pressa aqui — e isso é fundamental. Segundo, precisamos ter conscientização, organização e mobilização. Quando formos organizar uma Escola sem Partido em qualquer cidade do interior, se não nos mobilizarmos, vamos nos dar mal, porque eles têm um discurso rezado. O discurso deles é uma reza, e uma reza muito bem conhecida, ou seja, é um discurso decorado, conhecido, eivado de expressões "intelectualizadas" — entre aspas — que impressionam aqueles que conhecem um pouco menos da literatura, da história ou mesmo do dicionário da língua portuguesa. Nós temos que tomar muito cuidado, porque o discurso é sempre o mesmo. Isso é muito importante.

A Lei da Mordaça quem colocou foram eles. Eles que colocaram a Lei da Mordaça quando ainda tínhamos Organização Social e Política do Brasil nas escolas, quando tínhamos Educação Moral e Cívica. Eles amordaçaram isso e agora querem nos apelidar de Lei da Mordaça, como fizeram com a questão da chamada cura *gay*, que eles colocaram também. Nunca existiu a expressão cura *gay*.

Ora, se um heterossexual chega para um psicólogo e diz que não quer mais ser heterossexual, que está vivendo um conflito e quer agora experimentar o que é ser homossexual, o psicólogo pode tratá-lo. Mas, se ele é homossexual e quer conversar com um psicólogo, dizendo que realmente não foi a melhor orientação ou opção — porque, às vezes, é orientação e, às vezes, é opção —, aquele psicólogo pode ser penalizado por tratá-lo. Então, a questão da Lei da Mordaça é a questão da cura *gay*.

Eu cheguei a colocar também uma mordaça em mim ali e também me virei de costas da mesma maneira, porque, quando o assunto teve uma digressão, eu tive que fazer um relato de todos aqueles que, lamentavelmente, se encontram encarcerados, tanto da Direita quanto da Esquerda. Quando falei dos encarcerados da Esquerda, foi um caos total e tremendo. Eles sabem muito bem defender os

seus. Nós não sabemos. Eles sabem muito bem beatificar os seus. Nós sabemos destruir os nossos com muita facilidade.

Lembro inclusive que, no Brasil hoje, na minha avaliação — é claro que é sujeita a críticas —, 20% da população é socialista; 10% vêm por adesão ao socialismo; 30% têm ódio de política, detestam política, odeiam política; e 20% são um bando de caras sem noção que, a cada dia, botam uma besteira na Internet.

Eu não sou Temer, não voto com Temer. Na CCJ, devo ser trocado agora por dar o meu voto, já por antecipação, para o prosseguimento da denúncia. Quem está denunciado tem que ser investigado, seja eu, seja o José, seja o Pedro, seja o João, seja quem for. Não voto com ele. Mas eles colocaram que o Temer disse que o Brasil é um país escravizado, que tem laços com o diabo, quando, na realidade, era um diálogo. Isso se espalhou no meio cristão de uma forma violenta. Eu fico imaginando a falta de noção. Os filhos das trevas parecem ser mais prudentes do que os filhos da luz.

Disseram que 1 milhão e 800 mil pessoas estavam vindo em 13 navios, 140 mil pessoas por navio, afora a tripulação, afora a alimentação. Cadê esses navios? O nosso pessoal ficou se borrando de medo dos muçulmanos que já estão no Brasil. Há mais de 1 milhão de muçulmanos no Brasil, e nós ficamos com aquele ti-ti-ti, morrendo de medo da vida.

Acordem! Acordem! Nós precisamos tomar cuidado com isso. São 20% de uma direita, de uma centro-direita ou de neoliberais se organizando. É isso que há no Brasil. Na realidade, estamos perdendo por 80%, porque, se você junta 20% com 10%, com 30% e com 20%, sobram 20% que se organizam. E nós temos que organizar muito bem esses 20%.

Eu tenho 30 anos de vida pública e tenho 27 anos de televisão — sem programa religioso. Meus programas não eram religiosos, mas respeito plenamente quem os faz e, se puder fazê-los um dia, eu os farei. Eu tinha programas em três emissoras de rádio. Fui Secretário Municipal de Esportes, fui Presidente de partido durante 9 anos e estou há 19 anos nesta Casa. Eu não sou neófito nessa coisa, não.

Nós temos que ter cuidado com isso. E esses 20% têm que se organizar para valer, senão nós vamos tomar de balaiada de novo. Esse empoderamento e esse aparelhamento das escolas continuarão vindo. E esse é o medo deles. Por isso, eles

não vêm para cá, um lugar comum. Eles estão indo agora para o interior, quando nós vamos com pessoas inocentes, pessoas inexperientes, tomando conta do Escola sem Partido lá.

Então, quando formos para o interior do nosso Brasil, é preciso que organizemos caravanas para estarem presentes lá com faixas, bandeiras, palavras de ordem, fazerem aquilo que nós fazíamos aqui antes quando era preciso. Vocês fizeram isso com muita competência, mas o nosso pessoal não está fazendo e está nos deixando à deriva. Então já estou avisando para não passarmos por isso.

A Esquerda esteve com uma agenda desacreditada no último Governo, que agora se tornou desacreditada também no Governo atual, que acabou reforçando isso. Não quero entrar nessa história, mas precisamos divulgar esse trabalho onde pudermos. Precisamos continuar no *front*.

O Deputado Estadual Léo Portela, meu filho, também entrou com esse projeto de lei, Deputado Gilson, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o pessoal do Estado está apavorado. Eu fui a um debate na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na unidade em São Gabriel. Como eles mentem! Eles dizem que os professores não fazem isso. Vejam a cara de pau que eles têm! Passam óleo de peroba nas bochechas. Repetem a mesma mentira: *"Nós não fazemos isso, nós não fazemos isso, nós não fazemos isso".* E os bobos, os inocentes acreditam.

Então, é preciso que prossigamos.

Antes de terminar, e já agradeço pelo tempo, sugiro que na próxima semana, se tivermos aqui o debate sobre a Escola sem Partido, ainda que seja só com os nossos apoiadores, que todos eles venham, e com cartazes, com faixas, e que façam o mesmo barulho que faziam antes, que façam todas as caras e bocas que faziam antes.

Confesso que nós nos acomodamos. Eles não estão vindo, e nós estamos mais quietos. Nós não temos que ficar quietos, não! O pessoal é do mal, sim! Estão ensinando aos nossos filhos, desde os 5 anos de idade, que eles não têm sexo! Estão ensinando aos nossos filhos, desde os 6 anos de idade, que eles nascem sem sexo e vão escolher o sexo deles a partir da orientação de professores maus-caracteres! *(Palmas.)*

Eu não posso chamar todos os professores de maus-caracteres, mas há professores brasileiros maus-caracteres, há políticos maus-caracteres, há médicos maus-caracteres, há advogados maus-caracteres, há garis maus-caracteres, há maus-caracteres em todo lugar. E esse grupo de maus-caracteres mentem, e mentem para os pais.

E nós precisamos dizer isso, sim, e não é impor lei da mordaça. Se estão ensinando o seu filho a virar homossexual a partir dos 5 ou 6 anos de idade, denunciem! Não deixem! Denunciem! Se disserem: *"Ah, estão vendo, é lei da mordaça."* Não é a lei da mordaça, não; é a lei da proteção das nossas crianças. O moço de até 17 anos e 364 dias pode estuprar, pode matar, porque não tem a mente preparada, mas o menino de 5 anos de idade tem a mente preparada para escolher se vai ser homossexual?! Ah, vá lamber sabão! *(Palmas.)*

Não podemos afinar, não! Vamos botar força no nosso discurso, sim! Vamos botar força na nossa palavra! A questão não é pessoal. Cada um tem o pensamento que quiser ter, mas não nos façam de bobos. E não nos acomodemos, porque a nossa acomodação é a grande oportunidade para esse grupo se refazer com uma doutrina marxista, com os pensamentos de Engels, com os pensamentos de Paulo Freire, que são ídolos deles. E, se puderem, vão continuar rasgando nossas Bíblias, vão continuar queimando baseado com as folhas das nossas Bíblias e fazendo o que fazem com os crucifixos e os símbolos sagrados.

Deputado Pastor Eurico, vamos em frente! Deputado Flavinho, vamos em frente! O que eu passei ali me serviu de alerta para o que pode estar acontecendo no Brasil.

Se algum Vereador estiver nos ouvindo, saiba que nós vamos em frente, sim. E vamos mobilizados, mas não com armas, com escopetas, como eles tentaram fazer — nada disso. Vamos com discurso sólido, com discurso certo, com presença, sem medo de cara feia ou de grito. No grito, não vão ganhar, porque sabemos gritar também. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito bem. Agradecemos a fala do nobre Deputado Lincoln Portela.

Na sequência, passamos a palavra ao nobre Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, Deputado Pastor Eurico e Sr. Relator, Deputado Flavinho, eu não tive a oportunidade de chegar a tempo para ouvir o caro convidado Deputado Gilson de Souza, mas quero me juntar àqueles que agradecem a ele por ter aceito o convite da Comissão para trazer a sua contribuição, com certeza, muito útil.

O Deputado Lincoln tem uma efervescência própria. Inclusive, as circunstâncias exigem que seja assim. Ele disse, num determinado momento, que existe professor mau-caráter. Foi isso o que eu ouvi?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Disse. Aliás, eu disse que existem vários.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Existem em outros segmentos também.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Inclusive nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Eu me lembrei, Deputado, de um amigo que dizia ao seu filho: *"Meu filho, pode até faltar carne de porco no mundo algum dia, mas espírito de porco nunca vai faltar". (Risos.)* A sua fala me inspirou a lembrar dessa admoestação de um amigo ao filho. Acho que isso se encaixa no que V.Exa. vinha expressando. Eu só quero subscrever tudo o que V.Exa. disse.

Tenho lamentado comigo mesmo, porque as minhas tarefas, especialmente na Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, não têm me permitido estar aqui frequentemente, como V.Exa. e tantos outros têm estado, para colher as contribuições que chegam até esta Comissão, para ouvir os companheiros, para trazer também a minha indignação, para aprender com tantos que aqui se expressam. Eu tenho lamentado comigo mesmo essa minha ausência. Mas, embora esteja ausente fisicamente, estou presente no mesmo propósito, no mesmo espírito.

Concordo com V.Exa. quando diz da necessidade de nós não termos pressa nesses trabalhos. Este é um espaço de amadurecimento da própria sociedade brasileira em relação ao tema. De fato, na minha compreensão, não tem que haver pressa. Este é um espaço que o Parlamento nos garantiu para dialogar acerca de um tema tão importante e, dependendo da abordagem, tão perverso que precisamos utilizá-lo durante o maior tempo possível e da melhor forma possível. Desta forma, só quero concordar com V.Exa.

Já no segundo semestre, meu caro Relator, Deputado Flavinho, quero me livrar, no bom sentido, da reforma do Código de Processo Penal, aprovando aquele relatório, para poder me dedicar a esta Comissão, em colaboração com os outros colegas. Quero reafirmar a minha confiança no preparo, nas convicções de V.Exa. e na certeza de que, ao final, apresentará um relatório e um voto que serão acolhidos por todos nós.

Ao encerrar as minhas palavras, eu queria aplaudir tantas pessoas que têm colaborado com os nossos trabalhos, especialmente o Prof. Miguel Nagib, amigo e estudioso que de há muito vinha debatendo este tema, antes mesmo que a Casa o fizesse. Ele foi a pessoa que, dentre outras, inquietou-nos para que criássemos esta Comissão Especial e estabelecêssemos este espaço. A ele faço sempre minhas homenagens.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos as palavras do nobre Deputado João Campos e passamos a palavra ao nobre convidado, o Deputado Estadual Gilson de Souza, para as suas considerações finais.

O SR. GILSON DE SOUZA - Eu gostaria de agradecer por esta grande oportunidade de estar aqui, não só por compartilhar nossa experiência no Paraná, mas por aprender com tantas pessoas experientes, também militantes nessa área. Todos estamos vendo uma ação muito bem organizada por esses grupos de esquerda no Brasil inteiro. No Paraná, há um grupo pequeno, mas muito bem mobilizado e que grita muito.

Como o Deputado Lincoln Portela muito bem colocou, em determinados momentos, nós temos que gritar, sim. Precisamos ser mansos como pombas, mas prudentes como serpentes. Há o tempo, sim, de ficarmos calados, mas há o tempo também de gritarmos, de guerrearmos, de não entregarmos o nosso campo de lentilhas. Como guerreiros, precisamos nos posicionar, levantar a nossa espada e não fugir. É o nosso posicionamento que fará também com que a força de Deus esteja conosco. Agora, se nos calarmos, simplesmente seremos derrotados.

Quando eles falavam a respeito da lei da mordaça — e o Deputado Lincoln Portela falou a respeito da questão —, eu me lembrei de um vídeo que apresentava uma professora em sala de aula e um jovem no colo de outro. O jovem, afrontando a

professora, dizia o seguinte: *"Eu não posso fazer isso na escola?*" Aquela professora, que me parecia uma pessoa muito séria, dedicada ao seu trabalho, sentiu-se amordaçada, porque, se retirasse o jovem marmanjo do colo do outro, seria acusada de homofobia. E assim ela foi acusada pelo jovem. Mas quem estava sendo amordaçado naquele momento?

Na verdade, esse pequeno grupo quer estabelecer a mentira como verdade e está aparelhando o nosso Estado. Esse grupo tenta nos impedir de falar a verdade e tenta amordaçar os pais que não querem que os seus filhos aprendam aquilo que não é verdade; que não querem as suas famílias desconstruídas; que não querem os seus filhos desrespeitados. Estes pais, sim, estão sendo amordaçados.

Há professores que priorizam a luta por ensino de qualidade. É bom que se saiba que eu sou procurado por muitos professores que se sentem intimidados por diretores de escola, secretários de educação, e que correm o risco de serem transferidos ou perderem direitos por causa de seu posicionamento. Isso ocorre não porque estão dentro de sala de aula e querem colocar os seus princípios, mas por não quererem que os alunos sejam negativamente doutrinados sobre política, família ou religião. Então, nós nos unimos a esses tantos professores que não aceitam esse tipo de influência.

Um sindicato no Paraná utilizava a sua estrutura — caminhões, som, iluminação e tudo o mais —, que era paga com dinheiro de professores, para atacar a Lava-Jato e o Juiz Sergio Moro, para fortalecer outros movimentos de esquerda. Eu tenho vídeos sobre isso. Muitos professores, sim, estão sendo amordaçados, porque mal podem falar sobre isso.

Então, a lei da mordaça está sendo utilizada há muito tempo por esses movimentos de esquerda. Há até pastores, líderes deixando de lidar com a questão da escola, muitas vezes com medo de falar aquilo que acreditam e serem tachados de homofóbicos. Não podemos permitir, de forma alguma, que a mentira prevaleça, que seja tratada como verdade e que a verdade seja tratada como mentira.

No Estado do Paraná, o projeto foi reapresentado no mês de dezembro por outro Deputado. Lá, estamos contra essa luta, querendo nos alinhar com os Deputados Federais aqui em Brasília. Preocupo-me também com essa questão de que, às vezes, pessoas despreparadas acabam abraçando essa luta. Sem o devido

preparo, acabam sendo dominadas por um grupo muito bem articulado, mobilizado, que fala a mesma língua.

Queremos, sim, Deputados Lincoln Portela, Pastor Eurico, Flavinho, falar a mesma linguagem, em defesa de um ensino de qualidade, em respeito aos nossos alunos e aos pais que querem que seus filhos tenham na escola um ambiente tranquilo e seguro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Flavinho e todos os que estão nos assistindo neste momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Deputado Gilson de Souza, em nome desta Casa, em especial desta Comissão, queremos agradecer a ilustre presença de V.Exa., bem como sua colaboração para com esse projeto que consideramos de grande valia para a sociedade, especialmente para as nossas crianças.

Quero agradecer aos nobres Deputados, ao Dr. Nagib e a todos que sempre se fazem presentes, os companheiros e companheiras.

Esta luz que está piscando anuncia o início da Ordem do Dia. Agora estamos sendo chamados ao plenário, para darmos sequência aos trabalhos neste dia.

Agradecemos, de todo o coração, à assessoria pelo trabalho que tem prestado ao nosso Relator.

Aguardaremos a convocação para a próxima reunião, pois ainda não sabemos o que acontecerá com o recesso parlamentar.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.